

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
RUBENS TARCÍSIO DA LUZ STELMACHUK

O PARANÁ NOS ANOS 1960

Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do
título de especialista em Economia
do Trabalho - Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de
Borja Baptista Magalhães Filho.

CURITIBA

2003

*Pedro, meu pai. Na casa dele
jornais e livros faziam parte da
cesta básica.*

*Pedro Rodrigues, meu avô.
Rodeado pelos netos, nos
encantava contando daquele
Norte do Paraná que florescia.*

*e...
para os meus amores
Marília, Rubens e Heloisa.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 O AMBIENTE QUE ANTECEDE OS ANOS 1960.....	07
1.1 O AMBIENTE DA EPOCA NO MUNDO.....	07
1.2 O AMIBIENTE DA EPOCA NO BRASIL.....	09
1.3 O AMIBIENTE DA EPOCA NO PARANÁ.....	12
2 OS ANOS 1960 NO PARANÁ.....	14
2.1 A EXPECTATIVA DO PARANÁ.....	14
2.2 O INICIO DO GOVERNO DE NEY BRAGA E A ELEIÇÃO DE PAULO PIMENTEL.....	16
3 AS MUDANÇAS NO PERFIL DO ESTADO	20
3.1 O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	20
3.2 A RECUPERAÇÃO DO BANESTADO	23
3.3 A COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA	26
3.4 A COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ	26
3.5 A OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E A RODOVIA DO CAFÉ	34
3.6 AS UNIVERSIDADES DE PONTA GROSSA, LONDRINA E MARINGÁ	39
3.7 A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ.....	41
3.8 A COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONÔMICO	43
CONCLUSÃO.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura descrever o Paraná dos anos 1960 nos seus aspectos políticos e econômicos. Vindo de uma histórica economia primária exportadora o Estado assistia a seguidos exemplos de mudanças em estados vizinhos e mesmo no país. Assistia também a riqueza aqui produzida ter seus resultados divididos com outros estados e com a União, através da exportação de nossos produtos via portos não paranaenses e pelo confisco cambial que pesava sobre a venda externa do café.

Internamente o Estado assistia as transformações e as novidades trazidas pelas obras e pelos eventos aqui realizados por ocasião das comemorações do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, em 1953. Via ainda a expansão que acontecia na nossa Universidade.

Também internamente, o Estado estava dividido regionalmente por movimentos migratórios que povoavam nosso território trazendo junto costumes e tradições próprios, o que é natural, mas sem possibilidade de uma desejável integração em busca de uma unidade econômica e política e da criação de uma cultura paranaense, pelas dificuldades de comunicação interna em quase todos os sentidos que a comunicação possa ter.

Como uma das conseqüências o poder político e econômico davam sinais de estarem se transferindo do Paraná Tradicional.

As eleições de 1960 marcam o ponto de inflexão na busca de se criar uma infra-estrutura de serviços públicos pelo Estado que levasse o Paraná ao desenvolvimento econômico de forma integrada.

Na primeira parte deste trabalho procuramos mostrar o Paraná e em que contexto se inseria e em que contexto vivíamos no Brasil; e o que se passava no mundo, ainda tão próximo da Segunda Grande Guerra. Na segunda parte procuramos mostrar as expectativas do Paraná e as eleições para Governador em 1960 e 1965. Na terceira parte mostramos a criação do Fundo de

Desenvolvimento Econômico, fundamental para quase tudo que ocorreu no período descrito e o fortalecimento das empresas públicas já existentes e as novas empresas que seriam criadas.

Ney Braga e Paulo Pimentel foram os principais personagens deste período. Ney mais lembrado que Paulo por ter sido o idealizador das mudanças e cujos projetos, muitos deles, sabia-se, transcenderiam seu tempo de mandato. Muito do iniciado no primeiro período teriam seus resultados maiores no período de Pimentel. De resto, nosso Estado teve a felicidade de, ainda por muitos anos, ter tido governadores que dariam seqüência aos trabalhos de seus antecessores.

1. O AMBIENTE QUE ANTECEDE OS ANOS 1960

1.1 - O ambiente da época no mundo

Os anos 1960 encontram o mundo dividido pela Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética emergem da Segunda Grande Guerra como líderes de dois mundos opostos, que o escritor Raymond Aron define como uma época de “guerra improvável, paz impossível”.

Os Estados Unidos surgem como a grande potência econômica do mundo ocidental, sucedendo a Inglaterra. Sua participação na guerra e o papel desempenhado na reconstrução da Europa lhe conferem também a liderança política.

A União Soviética (União das Repúblicas Socialista Soviéticas) começa a tomar forma em 1919, quando a Revolução Bolchevique de 1917 estava se consolidando. Seus contornos são mais ideológicos que geográficos e o órgão máximo dessa união de países é o Partido Comunista da União Soviética representado pelo seu Secretário-Geral. Nesse bloco a tentativa de buscar um caminho alternativo, mesmo de linha socialista, é prontamente abortada, como aconteceu na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1958, episódio que ficou conhecido como “Primavera de Praga”.

Mesmo a criação da ONU – Organização das Nações Unidas, em 26 de junho de 1945 não foi o suficiente para criar um clima de confiança entre as nações. Assim, foi criada a OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte¹, em 1949. A adesão da Alemanha Ocidental à OTAN, em 1955, precipita a criação Pacto de Varsóvia² ainda em 1955. Fundamentalmente esses dois blocos visavam à defesa mútua de seus territórios.

¹ Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Portugal, Islândia, Holanda, França, Noruega, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Dinamarca aderiram em 1949; Turquia e Grécia em 1952; Alemanha Ocidental em 1955 e Espanha, em 1982.

² Além da União Soviética firmaram o Pacto a Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Alemanha Oriental e Albânia, que se retirou do Pacto em 1968. Em 1 de julho de 1991, pouco antes da dissolução da URSS, o Pacto de Varsóvia se desfez..

Historiadores delimitam esse período entre o final da Grande Guerra e o dia 9 de novembro de 1989 data da queda do Muro de Berlim. Entre essas duas datas muitas coisas aconteceram como a Guerra da Coréia, a Guerra do Vietnã, a crise de Suez, em 1956 e as freqüentes guerras e atos de terrorismo entre árabes e israelenses. Mas o momento de maior tensão foi a "crise dos mísseis" ³, em 1962.

A Guerra Fria não se limitou ao permanente armamento dos dois lados, à criação de novos artefatos de guerra ou ao aperfeiçoamento dos já existentes. Contemplava a informação, a contra-informação e a espionagem, como o histórico Caso Rosenberg ⁴ cujo desenrolar prendeu a atenção da opinião pública e seu desfecho dividiu opiniões.

Paralelamente à Guerra Fria acontecia a Corrida Espacial. A União Soviética saiu na frente. Em 4 de outubro de 1957 colocou em órbita terrestre o primeiro satélite artificial, o Sputnik I; em 9 de novembro seguinte colocou em órbita espacial o primeiro ser vivo: a cadela Laika, a bordo do Sputnik II; e em 12 de abril de 1961 a União Soviética coloca o primeiro homem em órbita espacial: Yuri Gagarin⁵ a bordo do Vostok I

De sua parte, os Estados Unidos colecionavam seguidos fracassos na Corrida Espacial e, no Brasil, Juca Chaves ironizava, na modinha "To duro":

*(...) Tal um foguete americano
Sou um fracasso,
Tento subir, porém
Só desço neste mundo (...)*

³ Em outubro de 1962 o Presidente Kennedy determinou o bloqueio naval a Cuba para impedir a chegada de novos mísseis ao Caribe. Em razão disso, a URSS retirou os mísseis que já mantinha em território cubano.

⁴ Julius e Ethel Rosenberg, marido e mulher, norte-americanos acusados de entregar segredos militares aos soviéticos. Foram julgados e condenados à morte, sendo executados na câmara de gás em 19 de julho de 1953. Agora, por ocasião do último vôo do Concorde, foi lembrado pela imprensa o Tupolev, também chamado "Concordski", avião semelhante ao Concorde, cujo projeto teria sido subtraído pela URSS à França que, juntamente com a Inglaterra, projetou e construiu o Concorde.

⁵ Gagarin viria a morrer poucos anos depois: em 27 de março de 1968, num acidente aéreo quando pilotava um avião Mig 15 soviético. .

Em 20 de julho de 1969 pousa na lua a astronave norte-americana Apolo XI, com os astronautas Edwin Aldrin, Michael Collins e Neil Armstrong Jones a bordo. Armstrong Jones tornou-se o primeiro ser humano a pisar o solo lunar.

No dia seguinte ao fato histórico, a rádio Ouro Verde, de Curitiba, na época ainda AM, iniciou sua programação com a música *Lunik 9* de Gilberto Gil, cantada por Elis Regina:

*"Poetas, seresteiros, namorados correm
É chegada a hora de escrever e cantar
Talvez as derradeiras noites de luar.
(...)
Nos jornais, manchetes, sensação,
reportagens, fotos, conclusão:
a lua foi alcançada afinal,
muito bem!
confesso que estou contente também
(...)"*

Alguns anos mais tarde União Soviética, Estados Unidos e outros países se uniriam, em diversas ocasiões, para missões espaciais conjuntas.

1.2 - O ambiente da época no Brasil

O Brasil dos anos 1960 vem da ruptura com a ditadura de Getúlio Vargas. O fim da censura à imprensa em fevereiro de 1945, e o retorno vitorioso da Força Expedicionária Brasileira da Itália, precipitam a queda de Vargas, que entrega o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Eleito em dezembro, o General Eurico Gaspar Dutra toma posse em 31 de janeiro de 1946 e meses depois assina a nova Constituição Federal, discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Numa das solenidades que, a todo Dia da Vitória⁶ a Legião Paranaense do Expedicionário realiza em sua sede, na Praça do Expedicionário, para rememorar a campanha da Itália e reverenciar os soldados mortos na guerra, o jornalista e expedicionário João de Deus Freitas Neto relembrou, em discurso feito na ocasião, a incompatibilidade entre os ideais defendidos pela FEB e o regime de governo vigente no Brasil à época, chamando-o de “germanófilo”.

Em fevereiro de 1951 Vargas retoma o poder depois de eleições livres. Mas não termina seu mandato. Crise político-institucional leva-o ao suicídio em 24 de agosto de 1954. Sucede-o na presidência o vice-presidente João Café Filho. Adoentado, Café Filho passa o governo ao presidente da Câmara Federal, deputado Carlos Luz, que é deposto pelo Ministro da Guerra, General Teixeira Lott. Assume o presidente do Senado Federal, senador Nereu Ramos. Café Filho se recupera, mas não reassume o Governo, em nova intervenção de Teixeira Lott. Juscelino toma posse em 31 de janeiro de 1956.

O período de JK transcorreu num clima de tranquilidade. Contribuiu para isso a imagem de pessoa otimista e empreendedora do Presidente. A construção de Brasília, independente da discussão existente na época de seu acerto ou não, passava à população brasileira uma imagem de um governo dinâmico. A chegada das montadoras de automóveis ao ABC paulista e a sempre crescente frota de carros nacionais trafegando pelas ruas e estradas enchiam o brasileiro de otimismo.

O brasileiro tinha ainda sua auto-estima elevada com seguidas conquistas esportivas até então inéditas: o campeonato mundial de futebol em 1958 que se repetiria em 1962, o mundial de basquete masculino conquistado em 1959 e que se repetiria em 1963. Além das vitórias internacionais da tenista Maria Esther Bueno nos torneios de Wimbledon, do boxeador Eder Jofre conquistando pela primeira vez um título mundial para o Brasil e a primeira travessia do Canal da

⁶ Dia 8 de maio de 1945, dia em que a Alemanha assinou a carta de rendição, na presença dos representantes das Forças Aliadas e do Exército Soviético. Anualmente, a Legião Paranaense do Expedicionário realiza solenidades em sua sede, nos dias 21 de fevereiro e 8 de maio para comemorar a Tomada de Monte Castelo e o Dia da Vitória e homenagear os soldados mortos em combate.

Mancha conseguida por brasileiro, feita por Abílio do Couto. Havia ainda a bossa-nova e o cinema novo.

Mesmo os episódios de Aragarças e Jacareacanga não alteraram o clima que se vivia no Brasil nem abalaram as instituições. De espírito conciliador, Juscelino logo anistiou a todos os participantes desses episódios. Mas a inflação começava a preocupar o dia-a-dia do brasileiro. Na época chamada pelo brasileiro de “*carestia*”.

Aproximando-se o final do mandato de JK e inaugurada Brasília em 21 de abril de 1960, o debate se volta para as eleições presidenciais que ocorreriam em outubro. Concorrem Jânio Quadros, Teixeira Lott e Ademar de Barros.

A disputa se polariza entre Quadros e o agora Marechal Lott. Quadros, com seu estilo populista, usava uma vassoura como símbolo da campanha e Lott, mais discreto, usava uma espada para representar sua candidatura. Na época, além dos comícios, o rádio era o principal veículo de divulgação e os *jingles* usados por Lott e Jânio procuravam mostrar a que se propunham:

O de Jânio:

*“Varre, varre vassourinha
Varre, varre a bandalheira,
Que o povo já está cansado
De viver dessa maneira”.*

O de Lott:

*“(...) Sem fazer demagogia,
nem trazer ao povo mistificações
Representa a garantia
Do progresso da nação
É por isso que acreditamos
Num Brasil feliz
Marechal Teixeira Lott
Sentinela do país
Um Brasil unido e forte
Marechal Teixeira Lott.”*

Jânio obtém 5.636.632 ou 48% dos votos, Lott obtém 3.846.825 votos (32%) e Ademar recebe 2.196.709 ou 20% dos votos.

A esse período da vida brasileira os historiados chamam de “anos dourados”.

* * *

Jânio assume em 31 de janeiro de 1961 e os cinco anos seguintes que deveriam ser o seu período constitucional acabam sendo uma época marcada por graves turbulências. Quadros renuncia à presidência em 25 de agosto de 1961. O vice-presidente João Goulart, eleito diretamente pelo voto e sem vínculo com a candidatura do presidente eleito como hoje ocorre, sofre restrições por parte de setores militares e só assume depois de Emenda Constitucional que estabelecia no país o regime parlamentarista de governo. Em 6 de janeiro de 1963 realiza-se plebiscito previsto na emenda e o presidencialismo retorna pela preferência da ampla maioria dos eleitores. Goulart passa a governar na forma para a qual fora eleito, em caso de impedimento do presidente. Nesse período parlamentarista Tancredo Neves, Hermes Lima e Brochado da Rocha exerceram a chefia do Governo no cargo de Primeiro-Ministro.

Em 31 de março de 1964 os militares afastam Goulart, baixam o Ato Institucional n.º 1 e com base nesse documento cassam mandatos, suspendem direitos políticos e elegem, via Congresso Nacional o Marechal Castelo Branco para a presidência da República. Em 13 de dezembro de 1968 é assinado o Ato Institucional n.º 5 que seria revogado somente em dezembro de 1978 pelo presidente Ernesto Geisel. Em 5 de outubro de 1988 é assinada a nova Constituição Federal e em 1989 teríamos novamente eleição direta para Presidente da República.

1.3 - O ambiente da época no Paraná

Depois do Estado Novo e restabelecidas as eleições diretas, o Sr. Moisés Lupion, homem do comércio e sem vínculos com dirigentes anteriores, vence as eleições no Paraná e governa até 31 de janeiro de 1951. Sucede-o Bento Munhoz da Rocha Neto, antes de tudo um intelectual, filho e genro, respectivamente, de

Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Camargo, que dominaram a política paranaense entre 1912 e 1930. Lupion retorna ao poder em 1956 e, ao contrário do período anterior, quando fez boa administração, seu governo passa a ser alvo de inúmeras denúncias de irregularidades.

Para suceder Lupion candidatam-se Plínio Franco Ferreira da Costa, pessoa de família tradicional e com o apoio do governo (PSD), o Senador Nelson Maculan, (PTB) cafeicultor de Londrina e que assumira o senado pela morte de Souza Naves. Este, o candidato favorito ao governo, morto em 12 de dezembro de 1959, poucos meses antes das eleições. O terceiro candidato, pela coligação PDC/PL, é Ney Braga, também de família tradicional do Paraná, militar de carreira e que havia sido, no governo Munhoz da Rocha, Chefe de Polícia, hoje correspondente ao cargo de Secretário de Segurança Pública. Fora depois prefeito de Curitiba, eleito em 1954, na primeira eleição direta para a Prefeitura na história da Capital.

Ney Braga candidatou-se por um partido de pouca expressão, o PDC – Partido Democrata Cristão. O PDC tinha alguma expressão no Paraná graças a Ney e a Afonso Camargo Neto. Fora do estado o Partido tinha alguma expressão somente em São Paulo com Franco Montoro, Paulo de Tarso (foi Ministro da Educação de João Goulart) e Plínio de Arruda Sampaio, que viria a ser um dos fundadores do PT. Era um partido com base ideológica firmada na doutrina social da Igreja.

O jornalista Luiz Geraldo Mazza nos relata que, o favoritismo de Jânio levava os líderes das campanhas no âmbito estadual a procurar vincular o nome de seus candidatos ao de Quadros. Assim, quando veio à Curitiba, em setembro de 1960, aconteceu o que se chamou de “A Batalha do Aeroporto”: homens ligados à Ney, e comandados por Saul Raiz, procuraram impedir a aproximação de líderes da campanha de Nelson Maculan ao candidato presidencial. Desde a escada do avião em que viajou, até o canal 12, onde concedeu entrevista e no retorno ao Afonso Pena, Quadros foi praticamente “seqüestrado” pelos neystas, que tinham receio de alguma manifestação em favor de Maculan visto que, em 1958, Jânio obtivera

expressiva votação em Londrina, base maior de Maculan, por onde se elegeu Deputado Federal pelo PTB⁷.

Sobre esse fato, do qual também participou, Jerônimo Thomé, militante da UDN, diz no livro “Ney Braga – Tradição e mudança na vida política”, na página 137: “acho que o Ney praticamente ganhou a eleição naquele dia (...) se o Jânio tivesse agradecido ao PTB (...) o Maculan talvez ganhasse as eleições”. Mazza relata também que, ao contrário de alguns de seus companheiros de campanha, Maculan se mantinha fiel à linha partidária. Como candidato do PTB seu companheiro de chapa na eleição presidencial era o Marechal Lott (candidato pela coligação PSD/PTB). Maculan proibiu associações de seu nome com o nome de Jânio Quadros, candidato da UDN. A UDN paranaense apoiava Ney Braga, embora a dissidência da UDN londrinense, como dizemos noutro ponto deste trabalho.

A estratégia da campanha de Ney forçava a vinculação de seu nome ao de Jânio, conforme o induz o *jingle*:

*“Todos sabem, você sabe
Eu também sei
Que dupla da vitória
É Jânio e Ney”.*

Braga faz 255.328 votos (35,3%), Maculan obtém 223.696 (34,9%) e Costa, 126.536 (18,9%) votos.

2 - Os anos 1960 no Paraná

2.1 - A expectativa do Paraná

Nesta época o Paraná era somente um estado produtor de bens primários destinados à exportação. Dentro desse quadro, dependente da produção do café e, antes disso, dependente de todas as variáveis que influenciam o resultado de uma safra agrícola: clima, produção nos países concorrentes, preços, variação do

⁷ Jânio foi eleito Deputado Federal mais votado no Paraná, recebendo 78.810 votos. O segundo candidato mais foi votado foi Ney Braga, com 57.099 votos. Jânio candidatou-se por mais de um Estado. A Justiça Federal decidiu diploma-lo pelo Paraná por ter sido onde recebeu maior votação.

dólar. Muito pouco se produzia no Paraná que passasse por transformações e que viessem utilizar mão-de-obra paranaense. Pouco se agregava à nossa produção. Vendíamos produtos para serem transformados além de nossas fronteiras e comprávamos produtos já acabados, prontos para o consumo.

Mas o estado assistiria, a partir já dos primeiros anos da década de 1950 e durante todo esse período, algumas transformações importantes na vida paranaense que ocorriam em Curitiba, mas que, de maneira direta e imediata não tinham a propriedade de se transformar em riqueza.

O governo Munhoz da Rocha, por ocasião das festividades comemorativas do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, projetou e iniciou a construção do Centro Cívico. Em linhas modernas, os edifícios que iam surgindo fugiam totalmente dos padrões até então vigentes e aos quais estávamos acostumados. O Centro Cívico consolidava Curitiba como Centro Administrativo do Estado e a transformava na primeira capital brasileira a reunir num mesmo espaço toda sua administração e seus poderes constituídos. Além do Centro Cívico, construía-se também a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaira.

Durante a fase de construção o Centro Cívico recebeu a visita de várias personalidades interessadas em conhecer empreendimento daquele porte. Existia um livro para registrar a presença de pessoas que iam até o canteiro de obras em missão oficial. Assim, o Governador Lucas Moreira Garcez de São Paulo lá esteve, lembrando que no ano seguinte ao Centenário do Paraná, a cidade de São Paulo comemoraria 400 anos e que um dos marcos dessa passagem seria a construção de um centro administrativo no Parque do Ibirapuera, talvez sem a abrangência daquele que aqui se construía. Em seus comentários o jornalista Luiz Geraldo Mazza costuma lembrar que pessoas ligadas à construção de Brasília visitaram antes o Centro Cívico.

O Palácio Iguaçu e a Biblioteca Pública do Paraná foram inaugurados em 19 de dezembro de 1954. Na mesma data foi parcialmente inaugurado o "Guairinha" o pequeno auditório do conjunto Teatro Guaira.

Paralelamente, nossa Universidade também se modernizava. Federalizada em 4 de dezembro de 1950, na gestão do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, a agora Universidade Federal do Paraná iniciava um período de expansão: a reforma do

Edifício Central, em 1955, a construção do conjunto da Reitoria, do Centro Politécnico e do Hospital de Clínicas, que seriam inaugurados no final da década e no início da seguinte. A localização do Centro Cívico e do Centro Politécnico expandia os limites urbanos da cidade.

Ainda por ocasião das comemorações do primeiro Centenário do Paraná, Curitiba sediou, nada menos que trinta e sete eventos entre congressos, reuniões, exposições e conferências em variadas áreas (técnicas, agrícolas, classistas, profissionais e religiosa). A principal delas, a Exposição e Congresso Internacional do Café e Exposição de Curitiba, de tal magnitude que só pode ser abrigada em área fora do centro da cidade, onde hoje se localiza o Jockey Clube do Paraná.

Tudo isso criava no paranaense a expectativa de novos rumos na economia do Estado.

2.2 – O início do governo de Ney Braga e a eleição de Paulo Pimentel

Ney Braga assumiu o governo do Estado em 31 de janeiro de 1961. A situação do Estado era muito difícil: salários do funcionalismo em atraso, secretaria da Fazenda sem caixa, Banco do Estado do Paraná sob intervenção federal e um estado com muito por fazer em todos os setores. Some-se a isso a falta de integração norte-sul e as queimadas que se verificariam no norte e noroeste do Estado em 1963.

Além disso, crise na administração e denúncias de corrupção. Algumas fundamentadas e outras por obra de situações criadas sempre que um novo governo se instala, independentemente de quem esteja assumindo e de quem esteja deixando o poder. Político já com alguma experiência, Braga deixou as denúncias para o seu secretário da Justiça resolver, o professor e advogado Dr. Rubens Requião e assumiu o comando do governo.

Como costume que se iniciava naquela época e que até hoje é mantido, foi criada uma logomarca para o governo de Braga que consistia em vários bonecos estilizados, de mãos dadas, circunscritos num mapa do Paraná e o dístico "Somos

todos uma só força”. Uma mensagem clara: governo e população deveriam trabalhar juntos, independente de tendências políticas e de regionalismos. O sucessor de Braga, Paulo Pimentel adotaria como logomarca uma esfera verde com o dístico: “Paraná: aqui se trabalha”.

Ney levou para seu secretariado algumas pessoas que já haviam participado do governo municipal, como Saul Raiz, Afonso Camargo Neto⁸ e o Coronel Alípio Ayres de Carvalho que, já experimentado na área de planejamento, foi comandar o PLADEP – Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná.

Nas entrevistas que os jornalistas João Dedeus Freitas Neto e Luiz Geraldo Mazza nos concederam atribuíram ao Cel Alípio a organização do sistema de transportes de Curitiba, quando se extinguiu o sistema de lotações e se implantou um sistema gerenciado pela Prefeitura. Para os dois jornalistas essa alteração foi o ponto de inflexão para o sistema de transportes que hoje temos na Capital. Essa versão é confirmada no livro “do arco da velha de Curitiba” quando a autora nos dá a conhecer como era o transporte coletivo da cidade ao falar sobre o senhor Erondy Silvério⁹: “(...) Foi quando Erondy, já com algumas economias, comprou uma caminhonete e saiu como motorista-proprietário. Todavia... ele era uma pessoa diferente. Enquanto os outros motoristas superlotavam perigosamente seus carros e, nos finais de semana, saíam para pescar ou, simplesmente descansavam, ‘seu’ Erondy era todo gentileza. Em dias de chuva torrencial, ele tinha o cuidado de ‘entregar’ cada passageiro na porta de sua casa... Em 1954, Ney Braga assumiu a Prefeitura e logo criou o Conselho Municipal de Transporte Coletivo. O primeiro presidente designado foi o Cel. Alípio Ayres de Carvalho, que deu noventa dias para que os proprietários dos carros-lotação transformassem seu serviço em empresa”. (WASSERMAN, Margarita, 1999)”.

Um dos nomes escolhidos por Ney para compor o seu governo foi o do engenheiro Pedro Parigot de Souza, que teria papel importante no “ressurgimento” da COPEL. Trouxe também para trabalhar próximo de si, no Palácio, o recém

⁸ Ainda hoje, no Mercado Municipal de Curitiba, construído no mandato de Ney como prefeito, lê-se na placa que registra a inauguração da obra os nomes dos engenheiros Saul Raiz e Afonso Camargo.

⁹ Erondy Silvério, empresário e político. Por 41 anos exerceu cargos legislativos divididos entre 3 mandatos como Vereador em Curitiba e 7 mandatos como Deputado Estadual. Ocupou o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba por dezesseis meses em diversos impedimentos dos titulares. É citado por Ney Braga (BRAGA, p. 76, 1996) pela sua participação na modernização do transporte municipal da Capital, como líder dos empresários do setor. Permanece em atividade empresarial.

formado dentista José Richa, que logo seria eleito deputado federal. Veio também o empresário Jayme Canet Jr. Para a agricultura trouxe do norte do Paraná o advogado Paulo Pimentel, paulista de Avaré e ligado à família Lunardelli, fazendeiros e proprietários da Usina Central do Paraná, em Porecatu.

Destes nomes Paulo Pimentel, que seria o sucessor de Ney Braga, Pedro Parigot de Souza (que morreria no poder), Jayme Canet Júnior e José Richa se tornariam governadores, este em posição contrária a Braga. Saul Raiz seria Prefeito de Curitiba. Afonso Camargo Neto seria Ministro dos Transportes. Do secretariado formado por Ney Braga, Pimentel e Camargo permanecem ainda em cargos públicos. Pimentel preside a COPEL, criada por Munhoz da Rocha e levada a uma situação de excelência por Parigot de Souza durante os mandatos de Ney e do próprio Paulo. Afonso Camargo é deputado federal.

A esse novo grupo político que se fortalecia chamou-se “terceira força”, não somente por surgir como uma nova alternativa dentro do Estado mas também pelo fato de que, mesmo derrotados na eleição majoritária, PTB e PSD continuavam fortes e tinham as duas maiores bancadas na Assembléia Legislativa. A primeira cisão no novo grupo seria protagonizada por Paulo Pimentel e Afonso Camargo

Pimentel logo adquiriu o controle da editora “O Estado do Paraná S.A”, em negociação conduzida pelo Sr. João Feder. A editora publicava os jornais “O Estado do Paraná”, voltado para os assuntos políticos, econômicos e do cotidiano do Estado e a “Tribuna do Paraná”, este com forte apelo popular. Realizou ambicioso programa na Secretaria da Agricultura com distribuição de sementes e substituição do rebanho bovino através da importação de matrizes e sempre mantendo contato com lideranças rurais. Camargo, homem de partido e com vocação para a articulação política, ao mesmo tempo em que trabalhava para fortalecer o PDC em todo o Estado, firmava seu nome entre os pedecistas.

Quando o PDC realizou sua convenção em 2 de maio de 1965 para escolher entre Afonso e Pimentel o seu candidato ao governo, Paulo já estava com seu nome nas ruas, lançado que fora sua candidatura, com muita

antecedência, pelo PTN de Aníbal Khouri, pouco mais do que hoje a imprensa chamaria de “partido de aluguel”.

Ney apoiou Pimentel na convenção do partido. Segundo Ney, por senti-lo com maior apoio entre o secretariado e com mais apelo junto ao eleitorado. Essa versão é muito contestada e atribuída ao espírito conciliador de Braga. Em 2 de maio realizou-se a convenção no ainda inacabado Teatro Guaira e mesmo sendo domingo a Secretaria da Fazenda atendeu (e na véspera) prefeitos convencionais para o pagamento do que se chamava “cota do artigo 20”¹⁰.

Segundo o jornal “Diário da Tarde” em sua edição de quatro de maio, os prognósticos eram que Pimentel obtivesse 2/3 dos votos dos convencionais. Entretanto Paulo venceu por somente 55 votos (838 a 783 votos). Afonso, Karlos Rischbieter, Richa, e Oscar Alves, entre outros, viriam a apoiar o candidato da oposição contra Pimentel.

Nesta eleição os candidatos a governador teriam a companhia de um candidato a vice-governador com o voto sendo dado para a chapa e não a cada um isoladamente. Na prática votava-se somente no governador. Assim, Paulo teve como companheiro de chapa para a vice governança Plínio Franco Ferreira da Costa, que na eleição anterior concorrera pelo PSD contra Ney Braga e Nelson Maculan. O candidato à vice de Munhoz da Rocha foi o deputado Rafael Rezende. Os *jingles* também estavam nas propagandas veiculadas nas rádios. O de Paulo:

*“No dia 3 de outubro
Papai disse que irá
Votar em Paulo e Plínio
Para o bem do Paraná “*

Em outubro Paulo venceria Bento Munhoz da Rocha por 518.935 (51,1%) a 458.119 (45,1) votos. Os maiores colégios eleitorais do chamado Paraná Tradicional (Curitiba com 53,0%, São José dos Pinhais com 58,1%, e Guarapuava

¹⁰ Artigo 20 da Constituição Federal de 1946, vigente à época, que dizia: “Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado”.

como 54,7% e Paranaguá com 50,0%) deram a vitória a Bento. Nos grandes colégios do norte, sudoeste e oeste Paulo venceu em todos. A vitória mais expressiva de Pimentel ocorreu em Londrina (61,0%) O Paraná só voltaria a votar para governador em 1982 quando elegeu José Richa.

Paulo assumiu em 31 de janeiro de 1966 recebendo o cargo do governador substituto Algacyr Guimarães, que substituíra Ney a esta altura Ministro da Agricultura de Castelo Branco. Pouco tempo depois Paulo e Ney romperiam politicamente.

Durante o governo de Ney Braga emenda à Constituição criou o cargo de vice-governador para o qual foi eleito, pela Assembléia Legislativa, Afonso Camargo Neto. Convidado que foi para assumir o Ministério da Agricultura por Castelo Branco, Ney ponderou a inconveniência de entregar o governo a Afonso Camargo, posto que o episódio da convenção do PDC afastou-os politicamente. Ney conversou com Afonso e, juntos, renunciaram, para que Braga assumisse o Ministério para o qual fora convidado. A Assembléia elegeu o até então Secretário da Fazenda, Algacyr Guimarães para vice-governador. Guimarães assumiu e governou até a posse de Pimentel.

3 - As mudanças no perfil do Estado

3.1 - O Fundo de Desenvolvimento Econômico

A descrita expectativa do Paraná em face das transformações que ocorriam em Curitiba; o também já citado otimismo que animava o brasileiro em geral pela construção de Brasília (repetimos: independentemente do debate que se travou sobre a conveniência ou não dos gastos que a mudança acarretaria e da inflação que começava a preocupar); a política desenvolvimentista de JK; e o êxito do governo de Jânio Quadros no estado de São Paulo no quinquênio anterior, tudo isso estava a exigir do novo governo do Paraná uma postura que, sem romper com seu perfil agrícola, transformasse o Estado levando os setores secundário e terciário a ganhar um maior peso relativo dentro da economia paranaense.

O que mais preocupava a elite paranaense, entretanto, era a importância cada vez maior do Norte do Paraná na economia do estado. O poder econômico se deslocava e os resultados políticos também já davam sinais de acompanhar o mesmo movimento.

Assim, nas eleições presidências de 1955, o candidato Ademar de Barros, o mais identificado com São Paulo entre os quatro concorrentes, embora obtivesse somente o terceiro lugar na soma geral do votos, foi o mais votado em Londrina (39,2%) e em Maringá (39,6). Nas eleições para o Senado em 1958, e concorrendo pelo PTB, Souza Naves, mineiro de Uberaba e radicado em Londrina já vencera líderes do Paraná Tradicional: o Desembargador Munhoz de Mello, do PSD e o Coronel Paula Soares, da UDN. E nas eleições para governador em 1960, embora apoiado pela UDN em praticamente todo o Estado, Ney Braga não recebeu o apoio da UDN londrinense, em cujo colégio eleitoral foi batido por Nelson Maculan (paulista de Santana do Parnaíba e também radicado em Londrina) por 24,0% a 52,8% dos votos.

A necessidade de atender às expectativas dos paranaenses e de integrar todas as regiões do Estado estavam a exigir enormes investimentos do governo em quase todos os setores, pois muito pouco tinha o Paraná em infra-estrutura. Investimentos, digam-se, incompatíveis com a capacidade de arrecadação do Estado. Não se poderia ter mais um período de governo que não inovasse, que não procurasse trazer transformações para a economia paranaense.

Assim, a partir do PLADEP e de consultorias externas as medidas mais urgentes foram definidas e a partir daí, propostas soluções inovadoras. Entre elas a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, que consistia num empréstimo compulsório de 1% sobre o IVC – Imposto sobre Vendas e Consignações, a mais importante fonte de arrecadação estadual e correspondente hoje ao ICMS, restituível em cinco anos com juros de 4% ao ano. Em 1964 o valor do empréstimo passou a 2% sobre o mesmo IVC. Para administrar o FDE foi constituída a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná. Seu primeiro presidente foi Afonso Camargo Netto.

Sobre a criação da CODEPAR é interessante reproduzir partes do depoimento de Karlos Riechbieter, que foi Diretor Técnico da CODEPAR, depois seu presidente e do BADEP. Foi também Presidente da Caixa Econômica e Ministro da Fazenda: “A fórmula para o sucesso da administração de Ney Braga foram as empresas de economia mista, principalmente a CODEPAR. (...) A CODEPAR administrava o Fundo de Desenvolvimento do Estado, cujo montante equivalia a 20% do orçamento.(...) O FDE era praticamente só para investimento. A despesa com pessoal (...) era insignificante. Tratava-se de um orçamento paralelo que podia ser aplicado sem pressão política, sem fisiologismo, unicamente no interesse do Estado. Tínhamos dinheiro para aplicar (...) Nós obrigávamos tanto o setor público como a empresa privada a fazer projetos. Poucos valorizavam os projetos. Alguns empresários até se irritavam: ‘Eu sei o que fazer com meu dinheiro!’ (...) O Saul Raiz, diretor do DER, fazia os projetos direitinho e levava o dinheiro. O Paulo Pimentel, secretário de Agricultura, não.(...) a CODEPAR foi decisiva para alimentar o Paraná de energia elétrica e para construir a Rodovia do Café, que integrou o Estado economicamente e mesmo politicamente, Do orçamento da CODEPAR 3% era destinado a estudos e projetos (...)”. (BRAGA, pág. 157)

Do montante disponível do Fundo de Desenvolvimento Econômico oitenta por cento se destinaria para o setor público, dos quais metade seria canalizada para o setor de energia elétrica, em situação precária e fundamental para novos investimentos no Estado e que viriam realimentar investimentos noutras áreas. A segunda metade seria destinada aos demais setores públicos como saneamento, educação e estradas. Os demais vinte por cento financiariam o setor privado.

Os estudos da CODEPAR determinavam as necessidades da economia paranaense. Assim foi possível fazer a transição da monocultura cafeeira para uma expansão agrícola diversificada e daí para a agroindústria, em condições, portanto, de agregarmos valor à nossa produção e criando condições para a multiplicação de renda e de emprego. “O essencial é que (...) havíamos tomado a iniciativa, a liderança do processo de desenvolvimento” (BRAGA, p.151, 1996)

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 1968 a CODEPAR é transformada no BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.

Antes porém, a Emenda Constitucional número 18 de 1 de dezembro de 1965 e que seria mantida pela Constituição de 1967 estabelecia que somente a

União poderia, e em casos excepcionais definidos por lei complementar, instituir empréstimo compulsório. (MAGALHÃES, 1999, p. 30) Na prática isso queria dizer que a CODEPAR, depois BADEP, passaria a ter um orçamento que ficaria na dependência de decisões tomadas na área política. Valeu-se dessa Emenda o deputado Aníbal Khoury, ligado ao Governador, para propor, em 1968, a extinção do Banco e sua transformação numa Carteira de Fomento do Banestado. Para muitos essa proposta pareceu uma forma de mostrar ao quadro técnico do agora Banco, a dependência do BADEP à classe política. O projeto acabou não sendo votado, reforçando a hipótese de que tenha se tratado somente de um aviso...

Na seqüência deste trabalho, quando comentarmos a atuação das empresas públicas dinamizadas ou criadas no período, será constante a presença da CODEPAR, depois BADEP, no financiamento dessas empresas.

3.2 – A recuperação do Banestado

No final dos anos 1920 o Paraná vive a fase mais dinâmica do ciclo da erva-mate, com exportações de 97,5 mil toneladas no período 1928/29. A renda é carreada para as casas bancárias existentes na época no Paraná Tradicional: além do Banco do Brasil, três filiais de bancos europeus e duas casas bancárias gaúchas.

O presidente da Província, Affonso Camargo e seu secretário da Fazenda, Lysímaco Ferreira da Costa enviam ao Congresso Legislativo a Lei 2.532 propondo a criação de “um instituto bancário com a denominação Banco do Estado do Paraná”. A mensagem é aprovada em 27 de março de 1928, com o Governo do Estado devendo tomar pelo menos 60% das cotas e fixando um juro máximo anual de 10% para os empréstimos destinados à atividade agrícola.

“A lista dos primeiros acionistas do Banco revela que nenhuma das grandes ou médias empresas paranaenses, que nenhum dos principais ervateiros, madeireiros, exportadores, industriais, comerciantes e agricultores, além de Prefeituras e até mesmo Câmaras Municipais, ao lado de um grande número de pequenos

empresários e simples cidadãos, deixaram de participar da fundação do estabelecimento". (Banestado, 60 anos a serviço do Paraná, editado pelo Banco e sem autor nominado).

Em 15 de outubro de 1928 é realizada a primeira Assembléia Geral "para a instalação formal e definitiva da sociedade". É eleito Presidente o senhor Pretextato Pennafort Taborda Ribas. O Superintendente é o Sr. Joaquim Augusto de Andrade e o terceiro cargo na diretoria é ocupado pelo Sr. Jacques Clostermann, ex-diretor do Banco Francês e Italiano no Paraná. Compõem o Conselho Fiscal do novo banco nomes da indústria e do comércio locais: Fontana, Hauer, Merhy, Glaser, Gonçalves de Sá e Sampaio.

Em 24 de novembro de 1928 o banco abre suas portas à rua XV de Novembro, 332, esquina com a rua Monsenhor Celso. Logo em seguida instala suas primeiras agências no interior do Estado: Jacarezinho, Cambará e Paranaguá.

No ano seguinte foi negociado o que seria o primeiro empréstimo externo tomado pelo Banco. Foi negociado em Londres pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, que, anos depois, viria ser Governador do Estado. A negociação seria concretizada em 25 de outubro de 1929, mas a operação não se consumou devido à quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida um dia antes: 24 de outubro de 1929. As dificuldades que se seguiram à quebra da Bolsa atingiram todos os setores da economia indistintamente e o Banco não foi exceção.

Em 1934/1935 surgem os primeiros sinais positivos no setor industrial e, em 1934, é a economia cafeeira que começa a reagir. Nesta época fazia parte do capital imobilizado do Banco a Fazenda Monte Alegre, que, vendida à empresa Klabin, Irmãos e Cia., possibilitou com os recursos obtidos, o início de nova fase de progresso na vida do Banco. Em 26 de outubro de 1938 o Banestado compra as instalações onde se situava em Curitiba, até então alugadas¹¹. As primeiras safras de trigo no oeste e sudoeste paranaense recebem financiamento do

¹¹ Para ter uma idéia dos efeitos da crise da bolsa de Nova Iorque, logo depois da inauguração da primeira agência, o Banestado ofereceu 600 mil contos de réis para comprar as instalações então alugadas. O proprietário do imóvel, Sr. Antonio Toulis de Mesquita contrapôs 800 mil, não se realizando o negócio. Em 1938, dez anos depois da primeira oferta, o Banco adquiriu o imóvel por 400 mil contos de réis.

Banestado. Haveria ainda as dificuldades causadas pela grande geadas que atingiu o Paraná em 1955, que consumiu trezentos milhões de pés de café. Mas não seria a última crise do Banco.

Em 1958, depois de constatadas irregularidades, o governo federal decide intervir e nomeia, em 9 de setembro, o Sr. Heitor Lamounier, funcionário do Banco do Brasil, como Interventor no Banestado. Lamounier permanece no banco até 20 de abril de 1960. No dia 28 seguinte assume o Sr. Afonso de Rosa, também interventor. Esse período é marcado pelo fechamento de algumas agências, transferências de cartas-patente de alguma delas para a abertura de filiais em outros municípios e também por algumas demissões.

Consta que Clemente Mariani que seria Ministro da Fazenda de Jânio Quadros, teria aconselhado Ney Braga a pedir a liquidação do Banco, sugestão que o governador eleito não aceitou. Braga assume e o Banco volta a ser dirigido por pessoa indicado pelo governo do Estado. Em 28 de fevereiro de 1961 o senhor Máximo João Kopp assume a presidência Banco, na qual permaneceria até o final do Governo.

Já no início do novo governo o Banco do Estado consegue empréstimo junto a organismos financeiros do governo federal e, conforme Lei número 1372, de 29 de maio de 1961, *“Fica o Poder Executivo autorizado a garantir integralmente os depósitos de terceiros, já existentes ou que venham a ser realizados no Banco do Estado do Paraná S/A”* e mais *“O Governo poderá prestar garantias de aval e caucionar letras do Tesouro do Estado, em composição e operações de crédito realizados pelo Banco do Estado do Paraná S/A junto a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) do Banco do Brasil S/A, até o limite de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ”*.

Em 1964 o Banco efetua o pagamento da última parcela (Cr\$ 1.300 milhões) de uma dívida com a CAMOB que, em 1961 era de Cr\$ 2.033.158.518,00 mais juros de Cr\$ 500 milhões. Ainda em 1964 foram pagos Cr\$ 1.278 milhões correspondentes ao saldo existente em 1963 (Cr\$ 862 milhões) e à parcela de Cr\$ 416 milhões referente aos depósitos compulsórios. Desta forma o Banestado colocou em dia os recolhimentos obrigatórios do empréstimo compulsório com a

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito (hoje correspondente ao Banco Central) e que se achavam paralisados desde 1956 e reiniciados em 1.961.

O Banco é saneado e em 15 de fevereiro de 1966, já no Governo Paulo Pimentel, o senhor Máximo João Kopp entrega a presidência da instituição ao empresário Jayme Canet Jr.

Canet, que fora tesoureiro da campanha de Paulo Pimentel deixa a presidência do Banco depois de desentendimento com o Governador. Durante o governo de Canet essa desavença viria a se agravar.

3.3 - COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica

1879 - D. Pedro II concede a Tomas Edison autorização para trazer ao Brasil aparelhos e processos destinados à utilização da luz elétrica.

1879 - Inaugurado no Rio de Janeiro o sistema de iluminação elétrica na Estação de Ferro, atual Estação D. Pedro II, na Central do Brasil. É a primeira instalação desse gênero em caráter permanente.

1883 - Inaugurado em Campos-RJ o primeiro serviço de iluminação elétrica no Brasil.

1886 - Pela primeira vez em Curitiba é ligada uma lâmpada elétrica. No Passeio Público.

1907 - É inaugurada em Itajubá-MG a primeira usina hidrelétrica no Brasil.

1952 - É criada a CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A..¹²

1954 - É criada a COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

1960 - É criada a ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A

1961 - É criado o DNAE, depois DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

¹² A CEMIG foi referencia para a COPEL e a Eletrobrás no inicio de suas atividades. Seu conceito vinha da qualidade de seus técnicos, formados pela Escola de Engenharia de Itajubá, inaugurada em 1913, como Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, federalizada em 1956 como Escola Federal de Engenharia de Itajubá, e tornada Universidade Federal de Itajubá em 2002. Até hoje é referencia na área de energia elétrica.

A criação da COPEL foi antecipada por medidas que dariam suporte financeiro à nova empresa: a lei 1.384, de 10 de novembro de 1953 criou o Fundo de Eletrificação do Estado do Paraná, destinado “ao financiamento da construção, ampliação e conservação de obras de eletrificação próprias do Estado” e de taxa semelhante administrada pelo BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, hoje BNDES, com a inclusão de “e Social”.

Assim a COPEL foi criada pelo Governador Munhoz da Rocha pelo Decreto 14.947 de 26 de outubro de 1954. O engenheiro Flausino Mendes da Silva foi designado para representar o Estado em todas os procedimentos necessários à constituição da nova Empresa, mas seu primeiro Presidente foi o Sr. Temístocles Linhares. Em 1953 enquanto idealizava a criação de uma empresa estatal de energia elétrica o Governador já planejava Capivari-Cachoeira e a Usina Termelétrica de Figueira. Esta para aproveitar o potencial carbonífero da região de Figueira. Mas essas obras só seriam iniciadas alguns anos depois.

Para explicar a situação da COPEL no final dos anos 1950 registramos o depoimento do engenheiro João Carlos Calvo¹³.

Recém formado em engenharia pela UFPR, o doutor Calvo foi admitido pela COPEL, em 1959, e designado para gerenciar o escritório de Paranaguá. Poucos meses antes, revoltados com os péssimos serviços prestados, os moradores promoveram um “quebra-quebra” contra as instalações do Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Contribuíam para o acirramento dos ânimos o fato da cidade conviver durante parte do ano com uma população flutuante composta pelos motoristas que traziam a produção de café do norte do estado para ser embarcada pelo porto e que em épocas de maior fluxo não tinha a infra-estrutura necessária para acomodar essa população. A energia elétrica em Paranaguá era gerada de forma precária por seis motores diesel e uma pequena hidrelétrica (Serra da Prata) construída pelos ingleses. Essa energia era fornecida em diversas tensões e distribuída em alimentadores de alta tensão diferenciada. Interrupções no fornecimento de energia eram freqüentes sendo comum o proprietário do cinema da cidade, senhor Hélio Alves¹⁴

¹³ João Carlos Calvo, engenheiro da COPEL por 24 anos. Foi Diretor de Distribuição da COPEL e Diretor Financeiro do DER. Participou, entre outros, do Comitê Nacional de Energia Elétrica criado pela ELETROBRÁS que padronizou normas e procedimentos das empresas elétricas.

¹⁴ João Hélio Alves, que se tornaria conhecido nos meios esportivos do Estado como dirigente do clubes de futebol profissional de Curitiba

telefonar ao doutor Calvo perguntando se “peço para o público esperar mais um pouco ou devo devolver o dinheiro das entradas?...” Some-se a essa situação o fato de que a Escola de Engenharia da UFPR ainda não oferecia o curso de engenharia elétrica. Assim, o doutor Calvo tinha a necessidade de, de uma forma autodidata, continuar estudando para resolver as situações que surgiam no dia-a-dia da Empresa.

De forma geral, em 1961 a demanda por energia elétrica era suprida por pequenas usinas, algumas hidrelétricas, a maioria diesel-elétricas, de propriedade dos poderes públicos ou de particulares. Nesse quadro as exceções estavam em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, parte da região nordeste do estado (aqui suprida pela Cia. Hidrelétrica Paranapanema e Cia. Força e Luz Santa Cruz, com energia vinda da Usina Salto Grande do rio Paranapanema) e a região do Parque Industrial de Monte Alegre. A potência instalada disponível era de 163.000 kW (com uma previsão de demanda para 1980 de 2.000.000 kW), incluída aí a potência instalada gerada em outros estados.

Nessa época a disponibilidade de energia elétrica “per capita” paranaense era de 160 kWh. A do Brasil, de 325 kWh. O índice paranaense (160 kWh) já havia sido alcançado pela média Brasil em 1950. Nossa deficiência era tão mais preocupante quando se sabia que em 1950 a disponibilidade “per capita” era de 450 kWh num país em desenvolvimento como a Argentina e de 2.400 kWh num país desenvolvido como a Austrália. No panorama Brasil a média entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara é de 1.000 kWh. O Paraná com os seus já citados 160 kWh “per capita” ocupa a nona posição entre os estados da federação, atrás dos três já citados e de Minas Gerais, Amapá, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Acrescente-se a esses dados o fato de que na década 1950/1960 o aumento da oferta de energia cresceu à média de 6,2% ao ano no Brasil e de 2,1% ao ano no Paraná. Tudo isso combinado com uma expansão demográfica de 3,0% ao ano no Brasil e de 7,0% no Paraná...

Em 1961 assume a presidência da COPEL o engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza. Em seu depoimento o doutor Calvo afirmou que em vista da precariedade na prestação dos serviços de energia elétrica no Estado e diante da gravidade da situação, a nova administração procurou de imediato alternativas

que oferecessem as respostas mais rápidas, algumas sem que se pudesse observar com precisão o custo-benefício, pois só o que interessava no momento para a população e para a indústria era o benefício. Mas ao mesmo tempo em que se tomavam essas medidas urgentes, iniciavam-se também na COPEL estudos buscando um planejamento global para o Estado que contemplasse todos os princípios que o termo planejamento contém.

Iniciada a nova gestão, foram saldadas dívidas com o Banco do Estado de São Paulo. Dessa forma foi possível negociar e construir uma linha de transmissão ligando a Usina Salto Grande no rio Paranapanema a subestação da COPEL em Apucarana. Essa medida resultou na redução do uso de motores a diesel, com melhoria da qualidade no serviço oferecido e menor custo operacional.

Em 1961 é enviado estudo ao BNDE para a construção da UTELFA – Usina Termelétrica de Figueira, que seria um considerável reforço de energia elétrica para a região de Ponta Grossa, também com baixo custo. Desse período até 1965 a COPEL passou a receber mais 65.000 kW das usinas Salto Grande e Jurumirim. Depois, da Usina de Xavantes, recebeu mais 165.000 kW, atendendo todo o Norte do Paraná.

Ainda em 1961 tem início à construção da Usina Chopin I, a ampliação da Usina Piloto de Campo Mourão e a já referida UTELFA em Figueira. E mais: iniciou-se a construção da Usina Salto Grande do Iguaçu, o reinício da Usina Mourão I e o projeto da Usina Capivari-Cachoeira.

Ao mesmo tempo em que se buscavam as já citadas soluções de emergência e outras através de um planejamento a médio e longo prazos, a Empresa empreendia um reaparelhamento, uma reestruturação em recursos humanos administrativo, técnico e financeiro. Ao final do exercício de 1964 a COPEL apresenta em seu balanço um equilíbrio financeiro: um superávit de oito milhões de cruzeiros, ainda que considerado apenas simbólico.

Os resultados dessa reestruturação logo se faziam sentir: a COPEL em poucos anos se tornou referência entre as congêneres de outros estados. De seus quadros saíam administradores e técnicos que dirigiriam outras empresas estatais, assumiriam secretarias de estado, empresas públicas federais e

ministérios. A expansão da área de engenharia da Universidade Federal proporcionada pelas novas instalações do Centro Politécnico possibilitou a COPEL, em convênio com a UFPR, a criação do Centro de Hidrologia. Este Centro de Hidrologia que receberia o nome do engenheiro e professor Parigot de Souza, possibilitaria a construção de detalhadas maquetes de usinas na fase de projeto, incluindo a exata demarcação dos contornos do futuro lago formado pela barragem da usina.

Também a construção de usinas foi capacitando os técnicos da Empresa que adquiriam grande experiência na área. A construção de Capivari-Cachoeira, concluída em 1971 tornou-se um marco na engenharia nacional. Assim também a Usina de Salto Osório, cujo aproveitamento a ELETROBRÁS concedeu a ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. foi construída pela COPEL por delegação da ELETROSUL.

Este episódio narrado pelo engenheiro João Carlos Calvo dá bem a medida do conceito adquirido pelos técnicos da Empresa: defeito apresentado em usina construída num dos países satélites da então URSS criou impasse entre esta e a empresa construtora. A questão teve sua decisão no Tribunal Internacional de Haia que, para dar seu veredito, convocou técnicos os mais renomados do mundo na área. Um dos técnicos chamados a opinar sobre a questão foi o engenheiro da COPEL Nelson Luiz de Sousa Pinto, hoje estabelecido com consultoria.

Nessa mesma época o Departamento de Águas e Energia Elétrica passa a cuidar somente dos estudos hidrológicos para evitar uma atuação paralela a COPEL. O DAEE transfere a operação a COPEL nas localidades onde esta já está em condições de melhorar os serviços prestados à população.

Em 1963, diante do risco de racionamento de energia elétrica em Curitiba, a COPEL instala seis unidades geradoras diesel-elétrica para repassar energia a CFLP – Companhia Força e Luz do Paraná que detinha a concessão na Capital. Era a chamada Usina de Emergência da COPEL instalada em frente ao Estádio Durival de Brito.

Ao terminar o ano de 1963 a COPEL fornecia e distribuía energia elétrica para dezenove localidades do estado além de fornecer energia “em grosso”

(energia vendida para ser distribuída pelo concessionário da localidade) para mais cinco municípios, entre eles Curitiba. Em 1970 esse número alcançava 223 municípios mais fornecimento de energia “em grosso” para seis outras empresas que, à época, detinham a concessão em municípios do Estado. Maringá foi a primeira cidade do Estado a receber um escritório da COPEL.

3.4 - TELEPAR – Companhia de Telecomunicações do Paraná

A Telepar foi criada em 1963, para assumir as funções de órgão executor da política de telecomunicações com o privilégio da concessão com exclusividade dos serviços telefônicos intermunicipais. Seu primeiro presidente foi o General Junot Rebello Guimarães. Foi a primeira empresa no gênero do país e antecedeu a Telebrás em dez anos. Além dos serviços telefônicos que seriam prestados o Governo enxergava, ao constituir a TELEPAR, também um dos caminhos para buscar a integração do Estado.

Já em 1943 o Interventor Federal no estado havia levado ao governo federal a necessidade em dotar o Estado com serviços telefônicos adequados. Nesse ano a expansão da rede atingia 20 municípios com serviço urbano e interurbano e tornou evidente a necessidade de uniformizar condições técnicas, jurídicas e econômicas para dar diretrizes uniformes à sua exploração. O Governo do Paraná procurou obter exclusividade sobre os serviços telefônicos para buscar a necessária uniformidade. O Governo Federal negou essa exclusividade.

Em 1946 o Interventor Brasil Pinheiro Machado estabelece através do Decreto 510, de 14 de setembro normas para exploração de serviços telefônicos.

Em 1955, segundo dados da American Telephon and Telegraph Co. o Brasil tem somente 1,3% de sua população atendida pelo serviço de telefonia. A Argentina tem 5,71% de sua população atendida, os Estados Unidos, 32,21% e a média mundial é de 3,70% da população atendida pelos serviços telefônicos.

Em 30 de maio de 1961 é criado o CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações para rever, coordenar e propor legislação sobre

telecomunicações e apresentar um anteprojeto do Código Nacional de Telecomunicações. Países desenvolvidos tinham serviços telefônicos estatizados: Alemanha, França, Inglaterra.

Em 1963 é criado o DETEL – Departamento Estadual de Telecomunicações, subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

A Lei Estadual 4705, de 11 de novembro de 1963 que criou a TELEPAR encontra o Estado do Paraná em precárias condições em telecomunicações: a região Oeste do Estado encontra-se totalmente desatendida. Dos 265 municípios somente 107 dispõem de serviços de rede telefônica. Destes, somente 96 se encontram ligados às redes interurbanas.

Ainda em 1964 somente 0,7% da população paranaense dispunha de telefone. No Brasil o índice era de 4,0%. A cidade brasileira com maior grau de atendimento era o Rio de Janeiro, com 10,2% de sua população atendida. Nos Estados Unidos, a capital Washington tinha 88,2% da população com serviços telefônicos.

Nesse mesmo ano de 1964 a TELEPAR obtem aprovação junto ao CONTEL do Plano Básico de Telefonia do Estado do Paraná. O Plano apresenta três prioridades:

- a) um enlace de microondas ligando Paranaguá com a região norte do Estado (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Apucarana, Maringá e Paranavaí).
- b) um Plano de Emergência para atender o Sudoeste do Estado (Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Francisco Beltrão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, São Mateus do Sul, União da Vitória, Palmas e Clevelândia):
- c) um enlace de microondas para o Sudoeste tendo como rota básica Ponta Grossa, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Em setembro de 1967 entravam em operação estações repetidoras na Lapa, União da Vitória, Matelândia e Laranjeiras do Sul e centrais telefônicas em Pato Branco, Foz do Iguaçu e Cascavel. Em novembro entram em operação as centrais telefônicas de Francisco Beltrão e Clevelândia. A inauguração desses

melhoramentos deu-se durante a Exposição Feira que anualmente se realizava em Colombo, com um telefonema entre o Governador e o Prefeito de Cascavel.

Em 1970 o Governo do Estado executou ainda a ampliação da estação urbana de Curitiba, concluiu a rota norte de microondas, as centrais de trânsito do serviço DDD, a ampliação da rede de emergência e concluiu o edifício sede nas Mercês, inaugurado em 3 de outubro de 1970 com área construída de 13.995,70m².

Ainda nesse ano a TELEPAR assumiu a concessão em todas as localidades onde não havia outorga de concessão anterior e a rede de microondas passa a beneficiar Londrina, Maringá, Cianorte, Paranavaí, Jacarezinho, Paranaguá e Ponta Grossa.

Também em 1970 Paranaguá é ligada ao serviço DDD – Discagem Direta à Distância, no dia 29 de julho de 1970, um ano antes que Santos, medida que fortaleceria o Porto da cidade e de grande importância para a economia paranaense. Curitiba foi ligada ao DDD em 19 de setembro e Ponta Grossa, em 13 de novembro. Nesse mesmo ano, em 22 de março é inaugurada em Curitiba a estação de prefixo 22 e também a de prefixo 23 com mais 10.000 linhas. Em 3 de novembro, a estação prefixo 24 coloca em operação outras 10.000 linhas telefônicas na Capital. Já em Arapongas, no norte do Estado, o número de linhas telefônicas sobe de 800 para 1.600.

Mas ainda haveria mais em 1970: o Centro de Televisão da TELEPAR, detentora do pioneirismo nacional como o primeiro no país, fora da rede da Embratel, permitiria a transmissão ao vivo dos jogos da Copa do Mundo realizada no México. Iniciara suas operações em caráter experimental no mês de maio, levando imagens para o norte, noroeste e sudoeste do Estado: foi também o primeiro equipamento desse gênero fabricado inteiramente no Brasil (marca Maxwell). Em 30 de novembro o Centro de Televisão de Londrina recebeu através da rota de microondas Norte/Sul imagens coloridas.

Este marco importante das telecomunicações no Paraná nos foi lembrado pelo professor e jornalista Roberto Novaes, na época Chefe de Redação do Diário do Paraná, jornal pertencente aos

“Diários e Emissoras Associados” a quem também pertencia a TV Coroados de Londrina, emissora que transmitiu as imagens em cores para a região de Londrina. A TV Coroados foi a primeira emissora de televisão fora do “circuito” das capitais a transmitir em cores. A TV Coroados teve papel importante ao integrar a Capital do Estado com a região Norte.

Em outro serviço pioneiro no país, a TELEPAR cria, em 1971, os primeiros serviços de chamadas urgentes para emergências, rádio-patrolha, bombeiros e prontos socorros, com os números 100, 190, 192 e 193.

A rota Oeste implantada pela TELEPAR interligaria o Brasil com o Paraguai e a Argentina, trabalho delegado pela Embratel à nossa estatal.

Em 1974 o Paraná detinha o maior número de municípios interligado ao serviço DDD. Entre todos os municípios brasileiros integrados ao sistema 30% eram paranaenses. Finalmente, em 1976 todos os municípios do Estado possuíam serviços de telefonia

3.5 – A ocupação do Norte do Paraná, e a Rodovia do Café

A ocupação do Norte do Paraná por movimentos migratórios vindos principalmente de São Paulo e de Minas Gerais foi fortemente influenciada pelo “Acordo de Taubaté” assinado em 1906, pelo qual os estados produtores de café, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia firmaram acordo que estabelecia limites à produção do produto. Visavam à manutenção dos preços do café. O Paraná, na época, ainda não era produtor de café. Houvera uma tentativa de se produzir café no litoral do Estado nos primeiros anos do século XIX mas sem sucesso. Estava o Paraná, portanto, fora do Acordo.

Em 1927 a Companhia de Terras Norte do Paraná (de capital inglês) subsidiária da Paraná *Plantation*, compra quinhentos mil alqueires de terras devolutas entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, mas agora, já conhecendo o potencial cafeeiro da região, não mais para produzir fibras para a indústria têxtil da Inglaterra.

A presença dos colonizados ingleses no Norte do Paraná deixou marcas até hoje presentes na região. Os nomes Arthur Thomaz e

Willy Davids são comuns em diversos logradouros públicos das cidades nortistas e Londrina é uma homenagem à Londres, capital da Inglaterra. Mas essa influência chegou até aos nossos dicionários: Conta o jornalista João Dedeus Freitas Neto que o termo “*data*” hoje

difundido no Norte do Estado para designar lote ou terreno surgiu em razão de um agrimensor da companhia colonizadora, de nacionalidade russa, usar a expressão “*datcha*” quando queria se referir a uma pequena área de terra. O termo usado pelo agrimensor russo se “aportuguesou” no dia-a-dia da população e hoje “*data*”, é expressão do cotidiano nortista no sentido de lote ou terreno. Os dicionários Aurélio e Houaiss confirmam o termo como “porção de terreno com 20 a 22 metros por 40 a 44 metros”. Confirmando Freitas Neto, o Houaiss traz o verbete “*datcha*” como “casa de varaneio típico da Rússia” e também como “terra loteada por um príncipe”.

Em 1928 a produção do café começa a ter influência na economia do Estado, equilibrando as oscilações do comércio da madeira e da erva-mate. Pouco depois a erva-mate iniciaria uma fase declinante em razão do aumento da produção argentina, até então o grande importador do produto paranaense.

“A um estudioso de movimentos ocupacionais ou de frentes pioneiras de ocupação territorial, não pode passar despercebido o fenômeno ‘norte do Paraná’. Poucas notícias existem de acontecimentos processados de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes que lhe sejam similares. Em menos de quarenta anos uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 36 por cento do território paranaense transformam-se, de densa mata, absolutamente despovoada, em região que, em 1960, contava com cerca de 1.843 mil habitantes (34 por cento da população do Estado) distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável”.(PADIS, p. 115, 1970).

Ocupando 36 por cento do território do Estado e compondo 34 por cento da população, os novos habitantes tinham seus costumes fortemente ligados aos seus estados de origem.

Assim, na política candidatos de uma mesma corrente política obtinham votações diferentes variando de acordo com a origem de cada um deles e dos adversários. Em 1960 o paranaense Ney Braga obteve 28 por centos dos votos contra 52,8 por cento do paulista radicado em Londrina Nelson Macular. Cinco anos depois, Paulo Pimentel da mesma linha de Braga, mas paulista de Avaré e com família radicada no Norte do Estado, obteve 61 por cento dos votos contra 36,1% dados ao parnanguara e ex-governador Munhoz da Rocha. Também no futebol: durante os anos 1956, 1960 e 1964,

o principal clube de futebol da região, o Londrina disputou exatas quarenta partidas amistosas contra clubes de outras regiões. Destes outros somente nove deles eram de Curitiba ou do sul do Estado. Os demais, predominantemente paulistas.

O nortista cultivava os valores de suas regiões de origem mas ao mesmo tempo cantava as maravilhas do novo Eldorado, como na música do sertanejo

Palmeira

*Sou filho do Norte
Do meu Paraná
Nascido e criado
Lá em Cambará*

*Lugar de riqueza
Miséria não há
Quem quiser dinheiro
É só trabalhar*

*Um paranaense
Do sul ou do norte
É bem sacudido
É rijo é forte*

*Enfrenta o perigo
Zombando da morte
Cortando madeira
Fazendo transporte*

*Cornélio Procópio
Também tem fartura
Sua terra vermelha
Tem agricultura*

*Seu povo educado
Tem muita cultura
Tem cada morena
Que é uma doçura*

*Nesta mesma zona
Não não muito distante
Tem outra cidade
Futuro gigante*

*Sua terra se vende
A preço de diamante
Seu nome é da história
Chama Bandeirante*

*Em Apucarana
Chegam os boiadeiros
Com gado de corte
Com gado leiteiro*

*Fazendo negócio
Que é muito rendeiro
Trazendo a guaiaca
Cheia de dinheiro*

*Esta terra é boa
Não é por falar
Só não acredita
Quem não foi por lá*

*Aqui tão distante
Fico a recordar
Das noites de lua
Lá em Maringá*

*Capital do norte
Dizem que é Londrina
E tem Santo Antonio
Que é da Platina*

*Em Jacarezinho
Tem cada menina
Que tem o valor
Da libra esterlina*

*Cantei em Cambé
E Mandaguari
Lá em Arapongas
Em me despedir*

*Paraná do Norte
Terra em que nasci
Fiz minha homenagem
Vou despedir*

O fator integração passou a preocupar os governantes. “Desde Manoel Ribas, nos anos 30, e reforçado agora pelo engenheiro Luiz Carlos Tourinho, no Plano Rodoviário Estadual, chama-se à atenção para as características geográficas e demográficas que favorecem o isolamento da região norte em relação à capital. A onda separatista que ameaça uma possível divisão do Paraná, com a conseqüente formação do Estado do Parapanema, é uma das preocupações dos governos seguintes. É preciso interligar e integrar geográfica e economicamente o Paraná” (RONCAGLIO, p. 67, 1996)

No Paraná, o ordenamento dos trabalhos relativo às vias de comunicação remonta ao ano de 1892, com a criação da Secretaria de Obras Públicas e Colonização pela Lei número 1, de 27 de abril. Dessa época até 1945 alteraram-se as denominações mais não as atribuições dos órgãos governamentais responsáveis pelas nossas estradas. Neste ano a Secretaria de Viação e Obras Públicas tem sua estrutura alterada e é criado o Departamento de Viação responsável pela construção e conservação das estradas. Seu primeiro diretor é o engenheiro Oswaldo Pacheco de Lacerda, que, para racionalizar os trabalhos de seu Departamento, dividiu o Estado em seis “residências”.

No âmbito federal o DNER já responde pelo plano geral das estradas. Em dezembro de 1945, com sua reestruturação, é criado o Fundo Rodoviário Nacional, para ser aplicado na manutenção e ampliação da ainda modesta malha rodoviária nacional. A distribuição dessa verba seria na proporção do consumo de combustível verificado nos estados e municípios.

Assim, para se adaptar à nova situação o Paraná cria o DER – Departamento de Estradas de Rodagem pelo Decreto-Lei 547, de 18 de dezembro de 1946, ainda subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Extinto o Departamento de Viação, seu diretor, engenheiro Pacheco de Lacerda é nomeado Diretor Geral do DER. Dentro da mesma linha de trabalho divide o Estado, agora, em 10 “residências”.

Em 1951, no início do governo Bento Munhoz da Rocha Neto, o Diretor do DER engenheiro Luiz Carlos Pereira Tourinho elabora um plano quinquenal de

obras rodoviárias: Sobre esse plano, o engenheiro Tourinho diz: “(...) elaborei este plano rodoviário que tinha como idéia fundamental ver a resistência do Porto de Santos. Até então só se falava que toda a produção paranaense devia sair (por) Santos. E eu buscava até numa observação do meu avô Monteiro Tourinho, de que o Porto de Antonina era o porto mais próximo do Pacífico. Esbocei um plano com a palma da mão sobre Curitiba e com sete grandes troncos dirigindo o Estado do Paraná, quase todos eles montados sobre grandes divisores d’água”. (RONCAGLIO, p. 54 e 55, 1996).

Neste período de governo pela primeira vez no Estado uma rodovia recebe pavimentação asfáltica: a rodovia Londrina-Cambé. Pouco para os padrões de hoje, mas muito significativo à época considerando o alto custo da obra por ser o asfalto um produto importante .

Segundo Luiz Geraldo Mazza, ao mesmo tempo em que, com a construção do Centro Cívico, o governo consolidava Curitiba como Centro Administrativo do Estado, com o asfaltamento da rodovia Londrina-Cambé, Munhoz da Rocha expressava o reconhecimento da importância econômica da região norte do Estado.

Mais tarde, ao lado de inúmeros outros trabalhos técnicos, o professor e engenheiro Eurico Dacheux de Macedo publica três deles relacionados com a importante ligação norte/sul do Paraná: “A Diretriz da Rodovia do Café”, publicado em 1956, “Diretriz Conveniente da Rodovia do Café de Paranaguá e Apucarana, e de Maringá a Paranaíba. Memorial para inclusão desta estrada no Plano Rodoviário Nacional”, também publicado em 1956 e, em 1960, publicou “A Principal Meta Rodoviária do Paraná (A Rodovia do Café), Estudo para promoção de recursos necessários à conclusão e asfaltamento do trecho Ponta Grossa-Apucarana”.

Tendo como base o plano de Tourinho, o governo seguinte elabora plano de prioridades. Todos eles contemplando os aspectos econômicos e demográficos do Estado. Assim, já se falava na Rodovia do Café como fator não só econômico mas também como importante fator da integração das regiões Sul e Norte.

Em “DER: 1961-1965 – Reportagem de um quinquênio” o jornalista Samuel Guimarães da Costa escreve referindo-se à importância da Rodovia do Café: “(...)

sua zona de influência abrange uma área de 50 km² (25% do total do Estado) e uma população em torno de 3 milhões de habitantes (50% do total). O fluxo de escoamento dos principais produtos é superior a 7 milhões de toneladas com valor superior a um trilhão de cruzeiros”.

Inaugurada em solenidade realizada no km 80 da rodovia entre Ponta Grossa e Apucarana. O acontecimento está registrado em mural existente no local. Nesse mural se inscreve um trevo rodoviário. Na parte sul desse trevo vêem-se operários e pinheirais, na parte norte do trevo, vêem-se operários carregando sacas de café. Nada mais carregado de simbologia para expressar o significado da integração física e econômica do Estado. A obra é também um trabalho bem paranaense: seu autor é Poty Lazarotto, em mais um apelo “subliminar” à integração.

3.6 – As Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá

No final dos anos 1950 e durante os anos 1960 começaram a ser criadas faculdades isoladas em vários municípios do Estado. Ao final da década algumas cidades já abrigavam um número considerável de escolas superiores e com tal diversidade de cursos que o Estado resolveu agrupar em Universidades aquelas cuja manutenção fosse da sua responsabilidade.

Em 6 de novembro de 1969, a lei 6.034 criava as Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Maringá e Londrina pela congregação ou incorporação de estabelecimentos de ensino superior que fossem mantidos de forma direta ou indireta pelo Estado.

Dessa forma as Faculdades Estaduais de Filosofia, Ciências e Letras, de Direito, de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de cada uma das cidades beneficiadas passam a formar as respectivas Universidades. À Universidade de Maringá agregou-se ainda o Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia; à Universidade de Londrina agregou-se a Fundação Faculdade de Medicina Norte do Paraná e à Universidade de Ponta Grossa agruparam-se as

Faculdades de Farmácia e Bioquímica e a Faculdade de Odontologia. Criadas na forma jurídica de “Fundação”, as importâncias arrecadadas a título de anuidades deveriam ser revertidas prioritariamente para custear anuidades dos alunos sem recursos. No Governo Álvaro Dias, as Universidades universalizaram o ensino gratuito.

No livro “Governadores do Paraná” à página 60 o Governador da época, Paulo Pimentel, num diálogo com seu Secretário da Educação Cândido Martins de Oliveira, dá o seguinte depoimento sobre a criação das Universidades Estaduais: “(...) O Paraná não tinha Universidades Estaduais, tinha Faculdades dispersas. Juntamos e numa lei só foram criadas três Universidades. Ponta Grossa era a mais fácil porque já existia o prédio de uma Escola Rural. Em Londrina compramos uma fazenda, e instalamos o *Campus* Universitário. O mesmo fizemos em Maringá. As três Universidades estão aí... (...)”.

Na coluna diária que mantinha no jornal Gazeta do Povo, a “Veterana Verba”, o historiador e professor David Carneiro diz na edição de 16 de agosto de 1986: “A Universidade de Ponta Grossa foi o primeiro fruto das Universidades Volantes de Flávio Lacerda, expandido para Londrina e Maringá”.

A criação das universidades consolidou as cidades beneficiadas como cidades-polo em suas regiões. Além de atraírem pessoas de outras regiões, com reflexos na economia, fixa a população estudantil em sua cidade de origem.

Um político de cidade próxima à Maringá, comentando os benefícios que a região recebia se expressou da seguinte forma ao jornalista Roberto Novaes: “A população jovem de nossa cidade ia indo toda embora... Não tínhamos com quem casar nossas filhas...”.

Não é objeto deste trabalho, mas causa estranheza o fato do Paraná possuir somente uma Universidade Federal, enquanto o Estado de Minas Gerais possui seis Universidades Federais e o Estado do Rio Grande do Sul possui quatro. Comenta-se que logo após a criação das três Universidades Estaduais, o Ministério da Educação teria oferecido ao nosso Estado a possibilidade de federalizar uma das duas Universidades do Norte. O Governador teria declinado da oferta para não desagradar à cidade cuja Universidade fosse preterida.

É verdade que muitas pessoas ligadas ao mundo acadêmico paranaense não vêem com bons olhos a transferência de nossas escolas para a esfera federal, visto que, como a UFPR, gozam de bom conceito acadêmico, mas não enfrentam as dificuldades financeiras que a Federal vem encontrando.

Entretanto a dúvida permanece tendo em vista os benefícios outros que o dinheiro aplicado nas Universidades poderia trazer ao Estado se fosse carreado para outros investimentos. Poderíamos fazer uma projeção considerando uma proporcionalidade entre a arrecadação do ICMS do nosso Estado e a arrecadação do ICMS em São Paulo e os entre os custos de nossas três universidades mais antigas com as três universidades mantidas pelo governo paulista, sabendo-se que São Paulo destina um percentual fixo de 9,57% da arrecadação líquida do ICMS com a USP, Unicamp e Unesp.

3.7 – SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná S.A.

A origem da SANEPAR está na Lei 4.684, de 23 de janeiro de 1963 que criou a Agepar – Companhia Água e Esgoto do Paraná. Esta denominação foi alterada por razões jurídicas já no ano seguinte para SANEPAR. Seu primeiro presidente foi engenheiro Osires Stenghel Guimarães, tendo sido criada para ser a fomentadora do desenvolvimento do saneamento básico no Paraná, além do abastecimento d'água.

Já no primeiro ano de atividade a SANEPAR passou a atender os municípios de Arapongas, Apucarana, Bandeirantes, Campo Largo, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Paranaguá, Pato Branco, Rolândia e São Mateus do Sul. Foi iniciado também o projeto do sistema Irati. No mesmo ano deu-se início às obras da segunda estação de tratamento d'água de Curitiba, a do rio Iguaçu.

Em outubro de 1964 foram dados as primeiras autorizações para o serviço de abastecimento d'água e de coleta de esgotos. Arapongas, Guaratuba, Irati, Guaratuba, Guarapuava e Prudentópolis. Todas concessões transferidas do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Em 1965 Curitiba ainda dispunha somente da Estação de Tratamento do Tarumã, inaugurado em 1945. Distribuía 75 milhões de litros d'água/dia através dos reservatórios do Alto São Francisco, Batel, Cajuru e Bacacheri. A rede de distribuição de água tinha na época 526.211 metros lineares de extensão e a rede de coleta de esgotos tinha a extensão de 271.016 metros lineares. No interior do Estado a rede de distribuição de água somava 336.387 metros lineares e a de coleta de esgotos 185.939 metros. Como se nota o sistema contemplava quase que apenas o fornecimento de água.

Sobre os primeiros anos da SANEPAR, depoimento de Stenghel Guimarães: : "(...) enquanto a SANEPAR lutava para conseguir recursos para implantação de sistemas de água, os recursos iam mais fáceis para outros setores como a Rodovia do Café, obra importante, que realmente trouxe um desenvolvimento muito grande ao Paraná" (SCHUSTER, p.151, 1993) Mas nem por isso os recursos deixavam de ser obtidos: convênios com o governo federal, DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento, GETSOP – Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná, CPCAN - Comissão de Produção para o Carvão Nacional, Bancos e a CODEPAR.

Em 1966 vinte e dois municípios tinham obras financiadas através de convênios, muitos deles obtidos com a CODEPAR. Sessenta outros municípios estavam se enquadrando no plano de ação do governo para abastecimento de água e implantação de saneamento. Florestópolis foi o primeiro município a ter as obras de abastecimento de água e de saneamento iniciadas e concluídas pela SANEPAR.

Em julho de 1967 o Paraná é o primeiro estado a firmar convênio com o GEF – Grupo Executivo de Financiamento que obtinha e administrava verbas do exterior para financiamento de obras de infra-estrutura. Antes, o Professor Francisco Borsari Neto assumiria a Presidência da Empresa, permanecendo até 1971.

Em 1969 é criado o PLANASA – Plano Nacional de Saneamento para unificar todos os programas que tratavam do assunto saneamento. Os recursos eram geridos pela Superintendência de Saneamento do BNH – Banco Nacional da

Habitação. O PLANASA trabalhava dentro de uma filosofia que garantisse o retorno financeiro ao sistema.

Não era a finalidade maior da SANEPAR a exploração dos serviços de abastecimento de água e saneamento. A SANEPAR deveria ser um órgão voltado preferencialmente para os aspectos técnicos da área, inclusive obtenção de financiamentos. Entretanto, com a extinção do DAE – Departamento de Água e Esgotos, assumiu todas as atribuições do Departamento (exploração, manutenção e operação).

Ao final de 1970 a SANEPAR havia concluído cento e noventa projetos e 76 municípios haviam recebido financiamento para serviços de água. “O relatório da Empresa de 1974 diz: ‘(...) a experiência acumulada pela SANEPAR de 1963 a 1972 fez com que, ao passar a integrar o Plano Nacional de Saneamento, estivesse estruturada e preparada para fazer face à ambiciosa meta preconizada pelo PLANASA’”(SCHUSTER, p.172, 1994)

3.8 – A CAFÉ do Paraná – Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná S/A

A CAFÉ do Paraná foi criada pela Lei n. 4.393, de 3 de agosto de 1961. Certamente pelo perfil agrícola da economia paranaense é que tenha sido a primeira das várias empresas que seriam criadas no novo governo. Seu primeiro presidente foi o empresário Jayme Canet Júnior “empresário experiente que transferiu para a empresa pública o ritmo de trabalho e a exigência de qualidade que adotava em suas próprias empresas” (BRAGA, p. 159 – 1997).

Mesmo procurando outros caminhos para seu desenvolvimento sabia-se que o grande filão de renda e de trabalho no Paraná continuaria sendo por muitos anos a agricultura. Hoje gerando mais renda que emprego através do agronegócio, cujo avanço vem se refletindo na balança comercial brasileira com o exterior e na proteção que países desenvolvidos vêm dando à sua agricultura. As geadas de 1953 e 1955 alertavam para a necessidade de mudanças no perfil da agricultura paranaense. Era necessário diversificar.

A CAFÉ do Paraná impulsionou a produção de outros bens agrícolas. Distribuiu sementes aos agricultores, prestou serviços mecanizados, interveio no processo de comercialização da produção agrícola, procurando evitar tanto a escassez quanto o excesso, para proteger consumidor e produtor. Colocou também à disposição dos produtores insumos de origem não agrícola como máquinas, implementos e fertilizantes e disseminou técnicas sempre mais atualizadas. Esses implementos tanto poderiam ser alugados ao produtor por baixos custos como poderiam ser vendidos com financiamento facilitado. Mais tarde passou também prestar assistência ao produtor nos serviços de “destoca”, construção de açudes, construção e retificação de estradas rurais, terraplanagem e aração. No início da década de 1970 a CAFÉ passou a prestar serviços de práticas conservacionistas como terraços, cordões de contorno e combate a voçorocas, além de serviços de drenagem de áreas alagadas ou alagadiças. Na produção de sementes, em 1970 das 867.522 sacas de sementes diversas plantadas, 418.775 foram fornecidas pelo CAFÉ do Paraná.

Papel importante teve a CAFÉ do Paraná no fortalecimento do Laboratório de análise de Sementes do IBPT – Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas¹⁵ o primeiro do gênero no Paraná, idealizado pela Engenheira Agrônoma Doutora Elcy Sabóia Záppia. O laboratório analisava amostras de lotes de sementes quanto ao índice de germinação e graus de umidade e de pureza. Aprovado, o produto era certificado e poderia ser vendido como semente. Vendido como semente, o produto alcançava um preço superior no mercado em relação àquele para consumo ou para transformação. A CAFÉ do Paraná desde logo se tornou o principal usuário dos serviços prestados pelo Laboratório e, em convênios com o IBPT, financiava a compra de equipamentos e na contratação de pessoal. O Laboratório de Análise de Sementes passou também a ser procurado por alunos da Escola de Agronomia da UFPR para a realização de estágios reconhecidos pela Universidade. E já buscava troca de informações com a então ainda desconhecida EMBRAPA.

¹⁵ Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas órgão de pesquisa, que se tornou referência nas áreas de agronomia, veterinária, química e geologia. Seus técnicos, os mais renomados do Paraná, dividiam suas atividades entre o IBPT e a UFPR. Foi lá que Reinhard Maack, depois de anos de trabalho de campo escreveu o clássico Geografia Física do Estado do Paraná.

Desde o início de suas atividades até o final de 1978 a CAFÉ do Paraná somava 1,5 milhão de horas trabalhadas no Estado, fixando a consciência empresarial nos meios agrícolas.

Provando o acerto na diversificação da agricultura paranaense, em 1966 o IBC – Instituto Brasileiro do Café órgão que coordenava a política cafeeira do país passou a incentivar a erradicação do café no Paraná.

A soja se tornaria o principal produto agrícola produzido no Paraná. Aparecendo pela primeira vez nas estatísticas do Estado com uma produção de 42 toneladas em 1952, os 5.000 hectares plantados em 1960 se elevariam para 172.000 em 1970.

CONCLUSÃO

A década de 1960 foi, como nenhum outro período na história paranaense, um período de transformações. Sem abandonar sua tradição, o Paraná transformou sua agricultura alterando o perfil do setor primário e abrindo espaço para o setor de transformação e de prestação de serviços.

As consideráveis melhorias pelas quais passaram os serviços oferecidos pelo estado favoreceram amplamente as condições para receber investimentos de outras regiões do país e do exterior, criando oportunidades de geração de renda e de trabalho para sua população. Tudo isso levou o Paraná a se tornar um Estado realmente importante para a economia brasileira.

O livro que poderia ter retratado integralmente esse período “Ney Braga – Tradição e Mudança na Vida Política”, lançado em maio de 1997 em forma de entrevista ao jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior é detalhado nos aspectos administrativos, mas reticente quanto aos bastidores do poder e da política. O próprio autor da entrevista diz ao jornal “Folha de Londrina” de 11 de maio de 1997: “O que não foi escrito daria outro livro” Fortes de Sá atribui ao espírito conciliador do ex-governador e seu respeito à memória de pessoas já falecidas a falta de detalhes sobre episódios importantes do poder e da política da época.

O rompimento político entre os dois governadores da época é tratado no livro de forma amena, como apenas um distanciamento por seguirem lideranças diferentes nos primeiros anos do regime militar. Os dois reafirmam mútua amizade. Entretanto, em entrevista concedida ao jornal Hora H (edição de 13 a 19 de novembro de 1998) Pimentel culpa Ney Braga por diversos dissabores de sua vida empresarial, usando palavras duras. Mas ao final diz: “Mas isso já passou, não conta mais e somos amigos”.

* * *

Por mais que se faça no exercício de um cargo público, acredito que o administrador possa ter a satisfação interior de ter feito o melhor possível mas nunca terá a certeza de ter feito tudo que seria necessário. Será sempre uma obra inacabada. As mudanças nos costumes determinam novas necessidades. Estas

trazem insatisfações. O que parecia certo ontem parece imperfeito hoje. Como relatado no livro “Retrato de uma Redação”: (...). “Como sabem todos que fazem jornal, sempre resta um débito com o leitor. O jornalista Ruy Mesquita conta um episódio sobre o sentimento de trabalhar diariamente, pela vida afora, e sempre com a sensação de que a tarefa não se cumpriu direito, pois cada manhã o jornal mostra erros despercebidos no fechamento. O atual Diretor Responsável do *Estado* era, nos anos 40, um jovem aprendiz do ofício, varando as madrugadas na redação. Trabalhava na editoria internacional, orientado por Giannino Carta. Depois de fechar cada edição, por volta das três da manhã, o velho Giannino tirava os óculos, dava os trâmites por findos. E comandava “Vamos embora, Ruy. Mais uma batalha perdida “. (MESQUITA, Patrícia. p.5, 2002)

* * *

É certo que muito ficou por fazer. Mas em meados dos anos 1990, no dia seguinte a uma homenagem que foi prestada a Ney Braga, depois de fazer comentários sobre aquele período de governo e afirmar que nunca votou em Ney, Luiz Geraldo Mazza, âncora da Rádio CBN disse: “Naqueles tempos se trabalhou como no primeiro dia da criação”.

Bibliografia

- AGUIA**, Ricardo Werneck de. *Paraná, 1961-1965.* – Curitiba : sem data.
- AUGUSTO**, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista.* São Paulo : Símbolo, 1978.
- BONIFACE**, Pascal. *Dicionário das Relações Internacionais.* Lisboa. Plátano Edições Técnicas Ltda : Lisboa, 1991.
- BRAGA**, Ney. *Ney Braga – Tradição e Mudança na Vida Política.* Entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. – Curitiba : Editora do Autor, 1996.
- BURMESTER**, Ana Maria de O.(Org.). *Universidade Federal do Paraná: 90 anos e em construção.* Curitiba : Editora da UFPR, 2002.
- BURNS**, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental.* Editora Globo : Porto Alegre, 1978.
- CARNEIRO**, Oderbal Bond. *O Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná.* Curitiba : SENAC/PR/Dimul, 2003.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL.** *Folder Memória da Eletricidade.*
- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA.** *Subsídios ao II Programa Estadual de Eletrificação.* Curitiba : COEPEL – Curitiba, 1966.
- COSTA**, Samuel Guimarães da. *DER: 1961-1965.* DER/Planograf Ltda, 1966.
- DÓRIA**, Pedro Ricardo. *Aspectos das inovações no setor de energia elétrica.* , COPEL, 1975
- CÔRTEZ**, Carlos Danilo Costa. *O Diário do Paraná na Imprensa e na Sociedade Paranaenses.* Paraphrase Comunicação Social Ltda., 2000.
- FARIA**, Enéas, **SEBASTIANI**, Sylvio. *Governadores do Paraná.* Curitiba : Sistani, 1997.
- FERREIRA**, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999
- HOUAISS**, Antonio. *Dicionário de língua portuguesa.* Rio de Janeiro : Objetiva, 2001
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES.** *Resultados eleitorais, Paraná 1947-1982.* Curitiba, 1989

- KROETZ**, Lando Rogério. *A história da telefonia no Paraná*. Curitiba : Telepar, 1982.
- MACEDO**, Eurico Dacheux, **MACEDO**, Rafael Greca de. *Caminhos para o Paraná do Próximo Milênio*. . Curitiba : Edição dos Autores, 1990.
- MAGALHÃES FILHO**, Francisco de Borja Baptista de. *Da Construção ao Desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. Tese de Doutorado em sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1999.
- MATEUS**, J, (pseudônimo de José Mateus de Lima). *Londrina Esporte Clube 40 anos*. Londrina : Midiograf, 1996.
- MESQUITA**, Patrícia Maria. *Retrato de uma Redação*. São Paulo. LA2 Produção e Comunicação, 2002.
- PADIS**, Pedro Calil. *Formação de uma economia periferia: O caso do Paraná*. Editora Hucietc, 1970.
- RONCAGLIO**, Cynthia. *História Administrativa do Paraná (1948-1998)*. Curitiba : Imprensa Oficial/DEAP, 2002.
- SCHUSTER**, Zair Lourival Luiz. *SANEPAR Ano 30 – Resgate da memória do Saneamento*. Sanepar – Curitiba, 1994.
- TEIXEIRA**, Hélio. *Copel em 40 histórias* : COPEL, 1994
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ** – *Um século de eletricidade no Paraná* Depto. de História/Copel, 1994.
- WACHOWICZ**, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Editora Gráfica Vicentina - Curitiba, 1995.
- WASERMANN**, Margarita. *Do arco da velha de Curitiba*. Curitiba : M.Wasermann, 1999
- WESTPHALEN**, M.C. e **CARDOSO**, J. *Atlas Histórico do Paraná*. Livraria do Chain, 1986

Periódicos

Diário Oficial do Estado, Curitiba - edições de 27.10.54, 31.05.61, 10.11.69 e 30.01.70

Folha de Londrina, Londrina - edição de 11.05.97

Gazeta do Povo, Curitiba - edição de 16.08.86

Jornal Hora H, Curitiba - edição de 13 a 19.11.98

Revista Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro – edição dezembro/1953

Revista Universidade de Londrina, Londrina – edição janeiro/1986

Entrevistas

entrevista não gravada com o jornalista **Luiz Geraldo Mazza**, em 11.09.03 e 25.09.03

entrevista não gravada com o jornalista **João Dedeus Freitas Neto**, em 18.09.03

entrevista não gravada com o jornalista **Roberto Novaes**, em 03.10.03

entrevista não gravada com o engenheiro **João Carlos Calvo**, em 15.10.03